

em face da espiritualidade que as envolve. E esta não se ensina nem se impõe. Adquire-se.

Em Portugal há toda uma vasta gama de tradições comunitárias.

Estamos em crer que, em vastas áreas, podem servir, de forma fecunda, o ansiado regresso a uma nova ordem nos campos. Impõe-se, no entanto, que cada iniciativa seja estudada e enquadrada no seu ambiente próprio, sem a preocupação de a fundir em moldes previamente estabelecidos. Procurar compreender os anseios dos povos em vez de tentar impôr ideias e pontos de vista próprios, eis o que urge pedir aos técnicos encarregados de auxiliar e defender o desenvolvimento de iniciativas que mereçam o respeito que a do *pueblo* de Zúñiga despertou entre todos os que têm tido a dita de com ela contactar.

M.
Cardoso
dos
Santos

Reconversão e formação profissionais e promoção socio-cultural

1. Os problemas relativos à orientação e à formação profissional assumem uma importância muito considerável na política de emprego das sociedades em desenvolvimento, por motivos que, em termos gerais, não são difíceis de identificar.

Nos países em que existe superabundância de mão-de-obra indiferenciada e, em grande parte, sub-empregada, e, simultaneamente, escassez de trabalhadores qualificados, a execução eficaz de uma política de desenvolvimento poderá ficar seriamente comprometida desde que não se procure garantir a necessária mobilidade — profissional, sectorial e mesmo regional — da mão-de-obra, de acordo com as necessidades de transformação determinadas pelo desenvolvimento económico.

Ora, pelo menos duas destas necessidades de transformação estão directamente relacionadas com a política de emprego de uma forma geral e, especialmente, com a formação profissional:

— necessidade de libertar os excedentes de mão-de-obra rural não qualificada e subempregada — encaminhando-os para

outros sectores da actividade económica nacional e procurando minimizar os factores de emigração quando estes se apresentam com uma intensidade excessiva, como acontece no caso português — de forma a propiciar as modificações estruturais que conduzam ao aumento da produtividade no sector agrícola;

- necessidade de desenvolver e instalar indústrias motrizes que conduzam à rápida modificação da estrutura industrial no sentido de acelerar o ritmo de aumento do produto «per capita» e de diminuir a dependência da economia nacional em relação a factores que lhe são externos.

Com efeito, estas duas necessidades traduzem-se em termos de mão-de-obra por incidências convergentes: se a necessidade de libertar o excedente de mão-de-obra rural exige a ampla generalização da formação profissional, a fim de possibilitar a sua transferência para outros sectores de actividade, a instalação de indústrias motrizes vem ainda reforçar aquela exigência, na medida em que se associa intimamente à introdução de técnicas modernas e à especialização do trabalho — dois factores que, por si sós, contribuem para elevar o nível de qualificação profissional da oferta de empregos por parte das empresas. A possibilidade de resolver os problemas de *reconversão* e de *qualificação* profissionais da mão-de-obra de forma a adaptar as disponibilidades às necessidades determinadas pelas orientações impressas ao desenvolvimento implica, pois, um esforço intensivo no âmbito da formação profissional dos jovens e dos adultos. Assim, praticamente em todas as sociedades modernas ou em via de modernização, se constata um reforço da primeira e um surto da segunda.

2. No nosso País, a formação profissional ultrapassa já o âmbito tradicional do ensino técnico dos jovens e começa também a ocupar em lugar de relevo na política de emprego, sobretudo através da acção de formação profissional de adultos e de jovens aprendizes empreendida pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

No entanto, a problemática da formação profissional envolve implicações mais amplas do que o mero equilíbrio do mercado de emprego, nomeadamente implicações de carácter *social* e *cultural*. De facto, a formação profissional pode ser encarada segundo duas perspectivas diferentes:

- como meio de responder equilibradamente às necessidades de pessoal qualificado na actividade dos diferentes sectores económicos;
- como factor essencial no alargamento do ensino para a formação cultural e técnica das massas.

De acordo com a primeira perspectiva, a população escolar (jovem ou adulta), a sua repartição por diferentes especialidades e os próprios programas da formação profissional deverão ajustar-se às previsões elaboradas sobre as necessidades de mão-de-obra qualificada de várias categorias. Tal ajustamento tem de ser definido com base no estudo previsionial da estrutura da população activa, das migrações sectoriais e da evolução das qualificações profissionais (aumento das qualificações existentes e criação de novas), em conformidade com as opções tomadas para o desenvolvimento e para as aplicações do progresso técnico que lhe estão sempre associadas. Esta procura de equilíbrio entre necessidades e disponibilidades em trabalhadores qualificados de vários níveis é fundamental na planificação do emprego e, conseqüentemente, é um factor básico no ajustamento de objectivos gerais de planeamento económico em função dos condicionalismos estruturais e conjunturais que limitam as capacidades económicas de uma sociedade.

A segunda perspectiva apontada, de acordo com a qual a formação profissional é considerada como um factor importante na democratização do ensino, procura transformar uma situação em que o devir profissional dos jovens ainda é fundamentalmente determinado pela respectiva origem social, mais do que pelas suas capacidades e aptidões. Com efeito, o acesso aos níveis superiores do ensino circunscreve-se às camadas mais favorecidas na distribuição do rendimento nacional, ao passo que os graus mais baixos das hierarquias profissionais são permanentemente ocupados por descendentes do operariado ou mesmo de uma pequena burguesia que não consegue aproveitar as eventuais possibilidades de promoção social que se lhe deparam.

Apesar da importância fundamental que assume a necessidade de transformar esta situação, como condição de viabilidade para um esforço intensivo de desenvolvimento, pode correr-se o risco de que ela venha a ser relegada a um plano de menor relevo — e as experiências de outros países não retiram validade a esta preocupação —, em consequência de acções, eficazes decerto, mas orientadas apenas para a solução a curto-prazo dos problemas conjunturais a que estão submetidas as empresas.

Parece, pois, útil que, no momento em que no nosso País se começa a ampliar uma acção a que se associam justificadas esperanças, se insista no equacionamento da problemática da formação profissional, procurando ter também em conta esta segunda perspectiva, de tal forma que os objectivos a atingir e as políticas a adoptar possam ser definidos com suficiente amplitude de intenções e probabilidade de êxito.

3. Não é de forma alguma impossível conceber-se que a generalização da promoção social e cultural possa ser favorecida através de uma dinamização das carreiras profissionais, à qual

esteja intimamente associada a noção de *educação permanente*. O que esta ideia implica ao nível da concretização é, pelo menos, o equacionamento em termos menos tradicionais dos seguintes problemas:

- *tipo de ensino ministrado* nas instituições que se dedicam à formação profissional a vários níveis;
- *possibilidade de promoção* que, de uma forma integrada, oferece o sistema de ensino.

A necessidade de formação profissional é impulsionada pela modificação constante das técnicas de produção, pela rápida evolução dos métodos de organização e pelas necessidades resultantes de reestruturação permanente nas empresas. Deste modo, o tipo de ensino ministrado nas instituições que se dedicam à formação profissional a vários níveis deverá tender para o *aprofundamento da formação teórica e técnica geral*, em vez de se orientar, como tem acontecido até agora em quase todos os países, para a mera aprendizagem de especializações práticas. Com efeito, se tivermos em vista as tendências que já se podem observar nas sociedades mais evoluídas, a qualidade essencial que deve possuir o trabalhador moderno reside mais na sua capacidade de se adaptar facilmente a novas técnicas e a novos métodos de trabalho do que no perfeito domínio da execução de um certo número de operações e gestos mais ou menos elementares, que a evolução das técnicas e das necessidades torna rapidamente obsoletos.

Aliás, adoptando uma concepção mais ampla, é necessário não perder de vista que aquilo que interessa fundamentalmente adquirir através de qualquer sistema e técnica de formação são *os métodos, os hábitos e a capacidade de aprender*.

De acordo com estas premissas, a aquisição de capacidades profissionais especializadas deve apoiar-se sempre na existência, prévia ou, pelo menos, complementar, de uma formação teórica de base (humanística e técnica) suficientemente ampla, multidimensional e profunda, qualquer que seja o nível de qualificação a conferir no imediato¹.

A oferta de uma escolaridade prolongada não é, porém, imediatamente concretizável em termos suficientemente amplos que proporcionem ao País o número e a qualidade das competências de que ele necessita para a aceleração do seu desenvolvimento. Por isso, a garantia de que a aprendizagem e a especialização profissionais serão acompanhadas da formação de base que se pre-

¹ Isto implica a utilização de métodos pedagógicos específicos, nomeadamente no que respeita à formação de adultos, métodos esses que importa desenvolver e adaptar ao caso português.

coniza só poderá ser obtida através de *ciclos progressivos*² em cursos nocturnos prolongados, ou, de preferência, por intermédio de «licenças de formação» concedidas pelas empresas, já que a primeira hipótese é considerada pouco recomendável na medida em que implica uma sobrecarga incomportável com o ritmo de vida da maior parte dos trabalhadores. A opção pela hipótese das «licenças de formação» é, porém, dificultada por variadíssimos factores, entre os quais a adesão dos empresários a soluções deste tipo e os encargos financeiros que elas representam para o Estado não são com certeza os de menor importância. O alargamento, que se obteria, da formação geral nas camadas profissionais de menor qualificação teria, contudo, efeitos altamente benéficos: ajudaria a criar as condições necessárias para um mais fácil acesso de todas as camadas sociais a níveis superiores de cultura e, simultaneamente, tornaria o trabalhador mais autónomo em relação à empresa ou ao sector de actividade em que labora — factor que se pode considerar importante para o aumento de elasticidade na reconversão da mão-de-obra.

No que respeita às possibilidades de promoção oferecidas pelo sistema disponível de ensino — segundo problema que foi considerado no equacionamento sumário, que se empreendeu, da noção de educação permanente, a propósito da formação profissional — deverá ter-se em consideração que o aproveitamento integral dos talentos virtuais, de que a sociedade dispõe, só será possível desde que se proporcione acesso aos níveis mais elevados do ensino a uma gama mais ampla de camadas sociais do que aquela que o sistema de educação classicamente instituído tem podido, isoladamente, promover.

Torna-se, deste modo, necessária a institucionalização de uma densa rede de *ligações laterais* entre os vários escalões da estrutura de ensino — clássico e profissional —, ligações que permitam a passagem oportuna de uns escalões para outros, a níveis sucessivamente mais elevados. O alargamento que se preconiza das possibilidades de promoção cultural das massas concretizar-se-á fundamentalmente pela oferta, em termos acessíveis, de diferentes vias de acesso aos níveis médio e superior do ensino, quer para vocações cuja maturidade é mais tardia (por acção de factores psico-sociológicos de várias naturezas), quer para aptidões que não têm sido aproveitadas por uma estrutura de ensino que reflecte a imagem de uma sociedade de estratificação pouco permeável.

O estreitamento das relações entre os diferentes tipos e níveis de ensino que uma tal orientação acarretará e o consequente aumento de elasticidade da estrutura educacional do País

² Separados por intervalos consagrados à aquisição de uma experiência profissional enriquecedora.

só poderão, todavia, concretizar-se através de acções concertadas em termos de ampla previsão, orientação e coordenação, cuja oportunidade, também em relação ao problema da formação profissional, não poderá deixar de se salientar.

4. A maior parte das considerações precedentes poderá conduzir a algumas sugestões de orientação que apresentam talvez algum interesse para as tarefas de formação profissional no nosso País.

Salientaremos, então, a fundamental necessidade de:

- imprimir aos esquemas de formação profissional que se irão ministrar aos trabalhadores (quaisquer que sejam, à partida, a sua idade e o seu nível de conhecimentos) um carácter vincadamente progressivo em termos de amplitude cultural, através da institucionalização de ciclos sucessivos de estudos;
- possibilitar que a progressiva frequência destes ciclos de estudos se torne uma via de promoção cultural, podendo conduzir no seu termo ao ingresso no ensino de uma escola superior a tempo completo (por intermédio de licenças de formação) de todo o trabalhador (que para isso possua, evidentemente, as necessárias capacidades);
- promover a ligação entre a Universidade e a Indústria, menos no sentido, frequentemente apontado, de levar aquela à fábrica mas, antes, com o objectivo de criar as condições necessárias para que todas as categorias profissionais que nesta trabalham venham a ter acesso viável aos níveis de ensino de grau mais elevado que só a Universidade pode proporcionar (subentendendo-se, porém, uma Universidade com estrutura renovada e concebida em termos de abertura, maleabilidade e adaptação às realidades bem mais desenvolvidos do que aqueles que actualmente se constata);

Em suma, afigura-se-nos indispensável criar, através da formação profissional, novas vias que permitam à maior parte da população, e de uma forma permanente ao longo de toda a sua vida activa, a fácil retoma dos estudos anteriormente empreendidos e o acesso a uma formação técnica e geral sucessivamente enriquecida.

5. A análise e a discussão dos diferentes tipos de iniciativas que poderiam dar forma operacional às sugestões apresentadas, são, evidentemente, incompatíveis com as limitações de uma simples nota. Esperamos, todavia, que estas sugestões possam ter alguma utilidade como tema de reflexão.

Tema de reflexão, em primeiro lugar, para todos aqueles que pretendam ou estejam já empenhados em fazer da formação profissional no nosso País uma via fecunda para o estreitamento das relações entre a técnica manipulada e a cultura, no sentido da intensificação das possibilidades de promoção socio-cultural do maior número possível dos portugueses que possuam as aptidões necessárias e suficientes. Em segundo lugar, para todos os que pretendam dinamizar o nosso ensino, animando-o de um humanismo actualizado e integrante e fornecendo-lhe os meios materiais que lhe permitam acompanhar a evolução das técnicas e assim poder responder às necessidades da via moderna.

Mário
Pinto

Para quando o novo regime do trabalho subordinado?

1. Vagarosamente, mas apesar de tudo, tem-se vindo a impôr à consciência dos homens, como à inércia ou à reacção dos sistemas sócio-económicos, a inevitabilidade de uma relevância crescente do trabalho humano, no contexto dos valores e dos momentos organizatórios e funcionais das sociedades políticas mais avançadas. A verificação do fenómeno pode tirar-se, com uma clareza palmar, da simples apreciação de todo o movimento histórico, principalmente das últimas décadas; e tanto no que se refere ao processo cultural, como no tocante à organização e à vida política.

E, na verdade, o trabalho humano é, manifestamente, um dado elementar da natureza *pessoal* e *social* do homem. De admirar é só que tão tardiamente, na história do ser racional que tem a faculdade de estruturar e modelar a sua vida em comum, aquele dado comece de merecer uma séria valorização moral e social. A história do trabalho, isto é, a história das instituições e das formas do trabalho humano nas várias sociedades, assim como a das concepções teológicas, filosóficas e sociais que o desconheciam ou o desfiguraram, será mais um ângulo, e bem significa-